

MORITVRI MORTVIS – Os construtores de túmulos do Bonfim, o documentário.

MARCELINA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA*

MAURÍCIO SILVA GINO*

RONALDO SILVA GINO*

Introdução

A Fundação Municipal de Cultura, FMC, de Belo Horizonte, por intermédio da Diretoria de Políticas Museológicas, DIPM, tornou público o edital 004/2011, cuja proposta era a seleção de projetos documentários de curta-metragem digital, tendo como tema: Ofícios em Belo Horizonte. Os projetos a serem apresentados deveriam ser inéditos tanto do ponto de vista da produção e finalização. A seleção foi estabelecida para duas categorias: diretor estreante e diretor ou produtora independente não estreante. Dentre os projetos apresentados, 06 (seis) seriam selecionados, desde que atendessem a todas as exigências definidas no mencionado edital. Diante desta oportunidade constituiu-se uma equipe, tendo o diretor, professor e pesquisador Maurício Gino¹ como proponente e foi sugerida a realização de um documentário tendo como tema o ofício dos construtores de túmulo em Belo Horizonte, tomando como cenário o Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, situado nesta cidade.

* Doutora em História e docente na Universidade do Estado de Minas Gerais, Escola de Design, PPGD e Faculdade Estácio de Sá, Unidade Belo Horizonte. E-mail: almeidamarcelina@gmail.com

* Doutor em Cinema Animale docente na Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, EBA. E-mail: mauriciogino@globo.com.

*Diretor artístico da Produtora Serrasônica, Belo Horizonte, MG E-mail: ronaldogino@serrasonica.com.br.

¹Graduado em Comunicação Visual pela Fundação Mineira de Arte (FUMA), graduado em Belas Artes-Habilitação em Cinema de Animação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) e doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de artes com ênfase em Cinema de animação, atuando principalmente nos seguintes temas: animação, analogias e metáforas, recursos audiovisuais..

O Cemitério do Bonfim é o mais antigo da cidade e possui uma relação forte e estreita com a metrópole belorizontina e se no passado já foi lugar de exercício da profissão dos construtores de túmulos, ainda hoje é um espaço onde este tipo de trabalho se faz presente e a produção de um documentário sobre este tema é um sinal de sua pertinência. A proposta apresentada foi aprovada em primeiro lugar, na categoria, não estreada, no processo seletivo e o documentário foi concretizado.

Para realização do mesmo, além da pesquisa histórica, foram realizadas entrevistas com profissionais da área a ser contemplada no documentário. Foram entrevistados marmoristas que atuaram na cidade e no cemitério no início do século passado e aqueles que atuam, na contemporaneidade, buscando assim o levantamento de fontes, em sua multiplicidade e que pudessem compor o cenário que o enredo pretendia narrar.

O ARRAIAL E A MORTE

No final do século passado o Arraial do Belo Horizonte, antigo Arraial do Curral Del Rei, era um simples povoado de ruas tortuosas cobertas pela poeira vermelha e, em épocas de chuva, pela lama pegajosa e escorregadia. Delineando estas ruas era possível visualizar casas coloniais espalhadas desordenadamente em torno da antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Este era o prédio mais importante da localidade, lugar para onde convergia toda a vida da pacata localidade. Era o ponto de referência para quem chegava ao Arraial, assim podemos constatar no depoimento de Alfredo Camarate que, em 1894, escreveu:

[...] Ao cabo de quatro horas de viagem, muito parecida com as que devem fazer as tartarugas, divisamos a povoação de Belo Horizonte, incrustada numa mata verde - negra e densíssima dentre a qual emergiam os campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura. (CAMARATE, 1985, p.33).

Ao redor da igreja se iniciou a povoação da região situada ao sopé da Serra do Curral, sendo, portanto nos arredores da Matriz que se constituiu o Arraial, interiorizando a presença do templo na vida cotidiana de seus habitantes, caracterizando - se como intensa e necessariamente mediadora dos eventos e sentimentos que ali afluíram.

Era o templo o local onde as pessoas se reuniam não apenas com objetivos religiosos, mas questões relativas à política, sociedade e economia eram ali tratadas. Afinal uma característica muito comum às igrejas coloniais mineiras: congregar os fiéis ao seu redor, zelar e vigiar suas vidas em todos os sentidos. Na Matriz que se realizavam os registros da Guarda Nacional, da compra e venda de terras, hipotecas, pagamentos de dívidas. Cuidava-se da vida dos habitantes do Arraial, bem como de sua morte. Além de controlar a vida prática dos belorizontinos, zelava-se pela vida religiosa: a Semana Santa, as procissões, a Queima de Judas, a Quaresma, os batizados, casamentos, os pequenos e grandes festejos particulares e cotidianos e especialmente da morte. Na matriz, que se realizavam os sepultamentos, ou seja, à Igreja cabia o cuidado pela vida e pela morte de seus fiéis.

Apesar da prática dos sepultamentos nas igrejas, comum na Idade Média, ter-se modificado na Europa desde a segunda metade do século XVIII, conforme nos aponta Philippe Ariès (1977), no Brasil este costume foi mantido durante muito tempo, sendo que apenas no final do século XIX, principalmente nos grandes centros urbanos, esse comportamento foi completamente extirpado da vida social.

Durante muito tempo os mortos habitaram os templos sem que sua presença causasse qualquer prejuízo aos vivos, assim nos informa Adalgisa Campos (1986, p.111-114) que, além do mais, em suas análises sobre o período colonial identifica a morte como "[...] uma experiência eminentemente sacralizada, cuja ritualística e costumes que a revestiam não tinham sido até então questionados." Sob a perspectiva da pesquisadora a laicização da cultura no final do século XVIII, se revela através do discurso médico que preconizava a higienização e a necessidade de precaver contra os perigos dos odores e humores pestilentos emanados pelos corpos em decomposição no interior das igrejas. Esta questão, entretanto não altera em profundidade o cenário, pois na Capitania das Minas Gerais a construção dos cemitérios situados fora do âmbito religioso foi adiada o mais possível e podemos acrescentar que um exemplo deste adiamento é a situação vivenciada pelo Arraial do Belo Horizonte no final do século XIX, quando se instalou a Comissão Construtora imbuída do objetivo de construir a capital mineira.

Proibir novos sepultamentos no adro da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem foi uma das primeiras medidas tomadas pela Comissão Construtora da Nova Capital. A ordem era: os novos enterramentos deveriam ser feitos no cemitério provisório preparado para este fim. Esta medida combinava com o espírito da época, especialmente o projeto que estava se concretizando naquele instante que era a construção de uma cidade moderna calcada nos valores e sentimentos condizentes com o pensamento urbanista naquela ocasião.

Acerca destas questões relacionadas à história do urbanismo, Jean - Louis Harouel afirma que os séculos XVII e XVIII representam o apogeu do urbanismo clássico que influenciará os períodos vindouros. Ele nos fala dos ideais urbanos que caracterizam as mentalidades naquela ocasião, tais como a recusa do gigantismo urbano, calcado no desejo de controle sobre o crescimento das cidades; os imperativos da circulação através de ruas retas e largas destinadas à comunicação e higiene urbana, pois era necessário que o ar, fluido vital, estivesse sempre salubre e purificado. Outra preocupação se refere ao desejo de deslocamento de locais como ‘matadouros’, curtumes, fundições de gordura, prisões e hospitais para além do espaço urbano. Neste rol também se encaixam os cemitérios, pois outro ideal urbano é a separação entre vivos e mortos. Harouel afirma:

[...] Por volta do final do Antigo Regime, a opinião pública não tem mais dúvidas quanto à existência de uma relação direta entre a mortalidade e as **exalações** provenientes dos cemitérios urbanos e das sepulturas internas às igrejas. Tanto nas pequenas cidades quanto nas capitais, o cemitério torna - se o ‘bode expiatório no qual se cristaliza o medo das doenças e das contaminações’. É certo que o estado de muitos cemitérios não pesa muito a seu favor. Exíguos, sobrecarregados, mal - conservados, geralmente abertos ou mal fechados, o que possibilita que frequentemente animais venham ali pastar e até cachorros e porcos desenterrem cadáveres, em alguns casos depósitos de imundícies, constituem uma área de lazer para as crianças, um local de encontro para os amantes, um espaço onde os tecelões secam as lãs ou mesmo uma verdadeira via de comunicação. O cemitério é propriedade, portanto, ao menos tanto dos vivos quanto dos mortos, o que aumenta , acredita - se , o risco de contaminação. Em 1776, o rei proíbe os sepultamentos dentro das igrejas e determina a transferência dos cemitérios insalubres para fora das aglomerações urbanas. Mas a aplicação dessa determinação encontra muitas dificuldades, até mesmo rebeliões, pois a maioria do povo continua fiel à mentalidade tradicional herdada pela Idade Média que se baseia numa grande familiaridade com a morte e os mortos. Apesar dessas oposições, assiste - se a numerosas transferências de cemitérios nos últimos anos do Antigo Regime. (HAROUEL, 1990, p.66).

São indagações como essas que, de algum modo, explicam a criação do cemitério provisório e canceladas, definitivamente, as práticas funerárias na velha Matriz. O Cemitério provisório foi preparado pela Comissão Construtora da Nova Capital nos terrenos que hoje estão situados aos fundos do Orfanato Santo Antônio, na confluência das atuais Ruas dos Tamoios e São Paulo e Av. Amazonas. Lá foram realizados desde sua instalação até inícios de 1897, 285 (duzentos e oitenta e cinco) sepultamentos. Este cemitério foi desativado assim que concluídas as obras do cemitério definitivo. Todas estas mudanças são resultantes do plano ousado e até então inédito na história do urbanismo no Brasil que foi a construção de uma cidade inteiramente nova, pautada dentro de rigorosos projetos e estudos realizados por homens que se consideravam mensageiros do progresso e da civilização. Belo Horizonte nasce com esta epígrafe: ordem, progresso e civilidade.

NASCE A CAPITAL

Belo Horizonte foi inaugurada, com o nome de 'Cidade de Minas' no dia 12 de dezembro de 1897 sob muita festa e comemoração. O propósito era construir a capital em tempo recorde e este foi cumprido, pelo menos nas aparências, pois muitas obras estavam inacabadas e muitos projetos vitais estavam apenas no papel. Apesar de tudo a capital trazia em si uma gama de expectativas e revelações, era o fruto concretizado das transformações que o país vivia naquele final de século. A instauração do regime republicano e a construção de uma nova nação se cristalizavam na concepção daquele novo espaço urbano. A construção de Belo Horizonte é carregada de significados político - simbólicos, tratava - se da primeira cidade planejada do país, além de determinar a mudança da capital do estado mais populoso e

influyente naquele momento histórico. A cidade de Ouro Preto já não atendia mais aos propósitos políticos das elites mineiras naquele instante.

Para promover a mudança foi composta uma Comissão de Estudos que tendo o engenheiro civil Aarão Reis² na chefia, se encarregou de analisar e indicar, dentre os diversos sítios concorrentes, qual deles prestaria à construção de uma cidade que primasse pela absorção e revelação de todo o progresso e conforto que o século XIX preconizava.

Apresentando relatórios que denotavam suas concepções político - ideológicas que tinham no positivismo seu alicerce, especialmente na crença de que a indústria e a ciência eram o signo do futuro e assim a lógica, a matemática era a resposta para os problemas da humanidade³, Aarão Reis submeteu ao Congresso sua avaliação na qual indicava a Várzea do Marçal em primeiro plano, seguido do Arraial do Belo Horizonte. Numa votação apertada o Congresso Mineiro optou pelo Arraial do Belo Horizonte e assim teve início a construção da nova capital de Minas Gerais.

A nova capital mineira planejada e construída entre os anos de 1894 e 1897 é um caso específico para se compreender o processo de modernização urbana no Brasil do século passado. Especialmente porque não se coloca fora do contexto internacional, dos debates e dos projetos de reformulação e reordenação do espaço das cidades que se veiculava naquele momento. Arte e técnica são os motores do impulso progressista e modernizador.

O referencial para os engenheiros, técnicos e planejadores da cidade foi, basicamente, o universo europeu. As reformas operadas na cidade de Paris coordenadas pelo Barão de Haussmann (1809-1891), em 1853, e a urbanização da Ringstrasse em Viena, no mesmo

² Aarão Leal de Carvalho Reis (1853 - Belém /PA 1936 - Rio de Janeiro /RJ) Engenheiro , arquiteto e urbanista. Estudou na Escola Central do Rio de Janeiro (Escola Politécnica) onde obteve os títulos de engenheiro - geógrafo, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e engenheiro civil . Foi professor, jornalista, ocupou cargos públicos importantes, além de defender ideias republicanas e positivistas. Em 1895 pediu exoneração do cargo que ocupava na Comissão Construtora da Nova Capital, sendo substituído por Francisco Bicalho.

³ As localidades concorrentes eram Juiz de Fora, Barbacena, Várzea do Marçal, Paraúna e Arraial do Belo Horizonte.

período, serão modelos frequentemente referenciados pelos técnicos que pretenderam, aqui, erguer uma cidade totalmente nova e que refletisse todas as conquistas que o século XIX havia aberto ao mundo a partir da consolidação da Revolução Industrial e das novas percepções em relação à estética urbana.

Deste modo desde a planta até as construções, o planejamento e delimitação de características eram criteriosamente pensados. A ordenação era o princípio. A organização da cidade impunha aos seus moradores os lugares e os espaços que deveriam ocupar. A grande avenida contornava, delimitando até onde a modernidade urbana deveria alcançar. Camada protetora que gestaria em seu interior a tão sonhada e feérica cidade com suas ruas desenhadas à régua e compasso, prédios previamente concebidos adotando modelos arquitetônicos e estéticos que pudessem com toda sua carga simbólica revelar os novos tempos. Será então dentro deste novo contexto que o Arraial do Belo Horizonte desaparecerá sob o pó levantado pelas picaretas em contínuo e laborioso empenho para concretizar os desenhos das pranchetas. E será neste contexto que a morte será afastada do centro urbano da capital. Cidade de espaços definidos, todos os habitantes, inclusive os mortos, tiveram seu lugar demarcado na nova capital de Minas Gerais.

A CAPITAL E O LUGAR DOS MORTOS

No arraial os mortos ocupavam o espaço dentro e nos arredores do prédio considerado o mais importante e significativo para seus habitantes - a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Era uma prática comum, plena de sentidos simbólico – religiosos.

Uma das primeiras medidas tomadas pela Comissão Construtora da Nova Capital foi proibir sumariamente os sepultamentos no interior e adjacências da igreja e imediatamente um espaço provisório para os mortos que a cidade nascente não podia impedir que se fizessem presentes. E se havia planos para os vários espaços a serem ocupados na cidade, o do cemitério foi cuidadosamente elaborado. O cemitério da cidade ocuparia um terreno com área aproximada de 170.036 (cento e setenta mil e trinta e seis) metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante 650 (seiscentos e cinquenta) metros do perímetro

urbano. O local era alto e arejado, de solo seco e argiloso - arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira o que facilitaria a construção. As obras de preparação dos terrenos e construção do cemitério e necrotério foram iniciadas tendo como empreiteiro o Conde de Santa Marinha. A localização estratégica do cemitério na planta da cidade nos fornece subsídios para compreendermos as atitudes mentais da época. O cemitério deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e absorção dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual a cidade era engendrada.

A convivência entre mortos e vivos já não podia ser tolerada daí a equilibrada distância a ser mantida, especialmente fora do perímetro urbano, na zona determinada como suburbana na planta da capital, num local de fácil acesso, mas que não maculasse a ordem através da qual a cidade se organizava.

Esta cuidadosa mudança na topografia da morte tem seu referencial na Europa que conforme nos aponta Philippe Áries vinha se delineando desde o final do século XVIII, momento em que o cemitério aparece nas preocupações expressas dos médicos e higienistas que desejavam vencer a insalubridade característica aos mesmos, bem como a remoção para fora das cidades, além da individualização das sepulturas como um passo decisivo para as alterações em relação ao modelo dos cemitérios e o culto aos mortos, através das visitas que passam a ser feitas à cidade dos mortos, bem como a utilização de monumentos e emblemas que passaram a demarcar a presença, mesmo que ausente, dos mortos para aqueles que foram deixados. E será em consonância com estes novos valores e novos atributos imputados à morte que o cemitério irá se incorporar ao cenário da cidade (ARIÉS, 1990).

O CEMITÉRIO DO NOSSO SENHOR DO BONFIM

O Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim foi construído e inaugurado na mesma ocasião que a capital, o cemitério relata através de seus túmulos, lápides e mausoléus, uma parte significativa da história de Belo Horizonte. Erguido fora do perímetro urbano o

cemitério não deixará de absorver em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade o planejamento de sua localização implicava, também, o planejamento de suas características estéticas e arquitetônicas. Para isto a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851 - 1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira⁴.

E será este resumo simbólico da sociedade que podemos encontrar no Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Como parte do projeto republicano - positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida o cemitério irá representar rupturas decisivas numa sociedade tradicionalmente calcada na religião.

É importante lembrar que com o advento da República , em 1889 , ocorre a separação oficial entre Igreja e Estado. O decreto n.º 119 - A , de 7 de Janeiro de 1890 , aboliu o regime do Padroado e estabeleceu um regime no qual Estado e Igreja deveriam caminhar separados. Dava lugar a um Estado não confessional, o nome de Deus não era invocado na Constituição Federal, era concedido às outras seitas religiosas o pleno direito de exercer pública e livremente seu culto. Outros pontos polêmicos foram trazidos à tona com a instituição do Estado laico como a obrigatoriedade do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Sobre este último aspecto considerava - se, na visão dos defensores da fé católica, uma afronta ao fiel ter que descansar numa sepultura ao lado de um ateu ou blasfemador. Neste contexto, portanto o Cemitério do Bonfim irá refletir em suas quadras e mausoléus estas questões que ampliadas no plano nacional se fizeram presentes naquele espaço.

Até a década de 40 o "Bonfim" foi o único cemitério da capital, deste modo, todos eram nele sepultados. Temos então uma primeira noção de democracia da morte, entretanto se

⁴ O Museu Histórico Abílio Barreto guarda em seu acervo os projetos do Cemitério Municipal. Assinam e supervisionam estes projetos, além do já mencionado José de Magalhães, Hermano Zickler, Hermillo Alves, Aarão Reis, Edgard Nascentes Coelho, Pedro Cunha Macedo, Bernardo Figueiredo e Francisco Bicalho.

o cemitério resume a sociedade, irá revelar que as hierarquias sociais eram também mantidas no espaço da morte. Esta manutenção pode ser percebida desde a localização da sepultura, o tipo de material usado na construção do túmulo, os ornamentos, bem como a dimensão.

O traçado arquitetônico do cemitério obedece ao traçado geométrico da cidade. É composto por 54 (cinquenta e quatro) quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério que é o cruzamento das principais alamedas encontra - se uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, esculpida em bronze, neste local está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex - prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça, distando cinco quadras, encontra - se o necrotério. Trata - se de um edifício pequeno, construído na mesma época que o cemitério, apresenta características estéticas condizentes com o ecletismo, estilo inclusive que predomina nos edifícios da capital. Encontramos neste edifício elementos estilísticos, greco - romanos e barrocos. Há vários símbolos que remetem à morte: a ânfora recoberta com uma mortalha, a cruz, archote, a flor de papoula, entre outros, ornamentando o prédio. Predomina nas quadras localizadas nas alamedas principais os mausoléus, os jazigos-capelas e sepulturas mais requintadas construídas com material nobre, muitas delas importadas de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A maioria dos túmulos que ocupam estas quadras pertence às famílias influentes da capital mineira, bem como os túmulos - monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas encontramos sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias opulentas. Desde sua inauguração até a década de 30 pode-se identificar uma variedade de túmulos que exploram os recursos estilísticos da época, o *art nouveau*, a influência francesa se faz sentir na decoração tumular importada do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, em alguns casos até mesmo a exploração de matéria - prima local. A utilização do bronze é mais perceptível a partir da década de 40, momento em que a massificação e a repetição de alegorias, imagens e símbolos predominam na escultura funerária.

Nas décadas seguintes o fabrico tumular perde em qualidade artesanal e até mesmo em virtude da mudança de valores estéticos, sociais e mentais a opção por túmulos rebuscados,

extremamente decorados, vai se perdendo. É possível identificar um ou outro túmulo com características inovadoras, seja pela qualidade do artista que nele trabalhou ou até mesmo a originalidade da ideia que foi ali desenvolvida, sem que, necessariamente seja considerada uma obra de arte.

Na atualidade já não é hábito por parte da população investir na confecção de túmulos grandiosos, predomina a lápide de granito com o nome do falecido e às vezes uma cruz encimando a cabeceira da lápide. Na realidade, sempre que possível, a opção é pelo afastamento em relação ao Cemitério do Bonfim. Modo geral as pessoas, na contemporaneidade, preferem ser sepultados em outros espaços e diante disto muitas sepulturas estão abandonadas, algumas semi - destruídas, revelando não apenas uma mudança de concepção mental em relação à morte e o morrer, mas também um desconhecimento no que se refere à história, memória e preservação do patrimônio cultural da capital. Entretanto o Cemitério do Bonfim se destaca no cenário da cidade pela sua arquitetura, história e acervo que abriga. E assim, nos parece importante reconhecer que, desde sua inauguração até os dias de hoje, artistas - artesãos passaram por ali e deixaram seu registro, sendo a grande maioria deles atuantes, também, na cidade dos vivos.

OS ARTÍFICES DA MORTE

Para construir Belo Horizonte deslocou-se, no final do século passado, um número extraordinário de pessoas que se ocupavam de ofícios diferentes: arquitetos, empreiteiros, operários qualificados ou não, engenheiros, pintores, escultores, entalhadores, fotógrafos, enfim uma variada gama de profissionais e todos, de formas diferenciadas, deixaram sua marca pela cidade. Muitos daqueles que construíram a cidade tiveram intensa participação na construção e decoração do cemitério. O cemitério, tal qual a cidade foi lugar para manifestação de seu trabalho e talento.

A atuação dos artistas e artesãos marmoristas é marcante, embora outros com outro tipo de formação tenham ali deixado uma ou outra obra. Podemos citar alguns nomes: os irmãos Natali (Ernesto, Trento, Carlo e Augusto, filhos de Oreste Natali), a Marmoraria São José – Bottaro, Marmoraria Antontio Folini, Marmoraria Horizontina de Paulo Simoni,

Marmoraria São Geraldo, Marmoraria Carrara Scalabrini, Construtores Campos Silva & Cia de Antônio Franco, Oficinas Lunardi Estevão, Marmoraria Artesanato Ltda, Marmoraria Pongetti & Masselli, J.F. Oliveira, Oficina de Cantaria Manoel S. Martins, Marmoraria Acreana, Marmoraria Miranda, Casa Maia Mármore e Granitos, Carlo Bianchi, João Amadeu Mucchiut, Gino Ceroni, Nicola Dantolli, Alfeu Martini, José Scarlatelli, João Scuotto, Jeanne Milde, A.M. Wolff, Carlos Simi Stor, Ettore Ximenes, Formente, Heitor Usai, José Scarlatelli, L. Galante, Giuseppe Navone e há uma obra atribuída a Bruno Giorgi. No início do século até meados da década de 30, a presença dos artistas - artesãos marmoristas foi significativa na capital mineira.

A rara existência de estudos que se ocupem do processo criativo dos marmoristas é uma questão que dificulta a compreensão do tema e especialmente tendo em vista o fato de que as obras produzidas situam - se na fronteira entre arte e técnica, é o que observa a pesquisadora Maria Elizia Borges (1995). No final do século passado, afirma a pesquisadora, o marmorista se encontrava no período áureo de sua profissão, pois o mercado aberto pelos cemitérios secularizados foram exigindo mais sua atuação tanto na Europa quanto no Brasil.

Em nossa realidade, em específico, os marmoristas tiveram uma dificuldade inicial que era exatamente a formação de uma mão - de - obra especializada. O treinamento e formação dos profissionais passava pela própria marmoraria que, depois de instalada, se incumbia, através daqueles que dominavam o ofício de repassá - lo aos aprendizes. Em Belo Horizonte, vislumbramos cenário semelhante. Acompanhando as necessidades criadas com a construção da capital, para a região escolhida como sede da nova cidade, deslocaram-se artistas, artífices, construtores, técnicos, enfim, uma profusão de profissionais ávidos por trabalho e oportunidades na metrópole em construção. A instalação de oficinas e marmorarias na capital ocorreu, portanto, paralelamente ao processo de edificação da capital. Os estrangeiros, em especial, os italianos detiveram o pioneirismo no ofício. O mercado

abrangido por estas oficinas não se limitava ao cemitério, ao contrário, toda a cidade: prédios e fachadas, ruas, igrejas, casas, enfim, foi o mercado explorado ⁵.

⁵ No início da década de 40 na seção de indústria de olaria, cerâmica e marmoraria eram listados no boletim da produção industrial em Belo Horizonte:

Artefatos de Cimento

Ladrilhos	Ano de Fundação	Endereço
Aristóteles Juvenal de Faria Alvim	1932	Av. Andradas, 981
Francisco Gori & Cia	1932	Av. D. Pedro II, 1471
Geraldo Romanizo	1942	Rua Espírito Santo, 52
Lunardi & Filhos Ltda	1889	Rua Curitiba, 137
Oliveiro Americano & Cia	1930	Av. Contorno, 1986
Romeo de Paoli Ltda, CIK	1932	Rua São Paulo, 249

b) Outros Artefatos de Cimento

Bicalho Goulart Ltda	1936	Rua do Chumbo, 342
Francisco Gori & Cia	1932	Av. D. Pedro II, 1474
Geraldo Romanizo	1942	Rua Espírito Santo
Luiz Minardi	1934	Av. Bias Fortes
Lunardi & Filhos Ltda	1889	Rua Curitiba, 137
Oliveiro Americano & Cia	1930	Av. Contorno
Romeo de Paoli, Ltda	1937	Rua São Paulo, 249

Marmorarias

Alfredo Morandi	1926	Rua Santa Catarina, 27
Eurico Guarnieri (Sucessor Paulo Simoni)	1897	Av. Contorno, 6595
Irmãos Natali	1938	Tupis, 1030
João Pongeti	1932	Bonfim, 274

Dentre as marmorarias pioneiras instaladas em Belo Horizonte destacamos a “Lunardi & Machado”, inaugurada em 1896, sob a direção de Estevão Lunardi (1877-1942). Nos anúncios publicitários a marmoraria dos “Lunardi & Machado” era apresentada como “Grande Estabelecimento Comercial”, tendo sido premiada em exposições nacionais e internacionais. Vendiam seus produtos sob a promessa de executar “[...] com perfeição qualquer trabalhos de mármore, monumentos, pedras para sepulturas, anjos, cruzeiros, coroas e pedestais.”(VÉRAS,1913,p.366).

A marmoraria da família Natali era chefiada por Oreste Natali (1864-1947). O patriarca da família Natali chegou ao Brasil em 1895, e tomando conhecimento das obras recém-iniciadas para construção de Belo Horizonte, deslocou-se para a localidade instalando a oficina no bairro Barro Preto, onde se originou a empresa que atuou ostensivamente no cemitério do Bonfim e na cidade em particular, fornecendo serviços para todo tipo de obra que fosse requisitada ⁶.

Na marmoraria dos Natali o trabalho era realizado artesanal e manualmente tendo em vista o fato de não possuírem o maquinário necessário para realização do corte e polimento das peças. Esta situação mudou em meados da década de 40, quando instalaram a oficina no cruzamento das ruas dos Tupis e Bias Fortes e posteriormente na Praça do Bonfim, com a aquisição dos lotes e pertences de Zeferino Scalabrini, falecido naquela ocasião.

Lunardi & Filhos Ltda	1889	Curitiba, 137
Martini & Botaro	1936	Espírito Santo, 132
Zeferino Scalabrini	1920	Bonfim, 1090

Produção Industrial do Município de Belo Horizonte 1942. Belo Horizonte, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943. p. 14

⁶ As informações foram fornecidas por Augusto Natali através de depoimentos oral e escrito concedido no ano de 1997. O depoimento oral foi colhido, informalmente, uma vez que o depoente não permitiu gravação das conversas. O depoimento escrito foi colhido por Cristina Natali. Além de trabalhar no cemitério afirmou, na ocasião, que a família atuou no Cassino da Pampulha, Santa Casa de Misericórdia, Minas Tênis Clube, Palácio do Bispo (prédio da Cúria Metropolitana), Igreja de São Sebastião, Catedral de Itabira, reforma da Catedral de Diamantina entre outros locais. Eles forneciam o material, a mão-de-obra e a elaboração do projeto.

Os Natali são responsáveis pela confecção e decoração de parte significativa dos túmulos e mausoléus que compõem o cenário do Bonfim. Augusto Natali reafirmou esta hegemonia lembrando: “[...] para o cemitério do Bonfim foi feito um número avultado de mausoléus em cantaria, algumas capelas funerárias, projetadas [...] detalhadamente em plantas e maquetes [...]”. Na oficina dos Natali todos trabalhavam de acordo com os ensinamentos do chefe do clã, Oreste Natali, onde cada um exercia sua própria tarefa. Ernesto Natali era marmorista responsável pela administração do escritório; Carlo Natali era letrista e polidor; Augusto Natali era ferreiro e canteiro e além do mais a marmoraria empregava profissionais que atuavam como canteiros e polidores na capital. Os Natali realizavam, também, contratos para executar atividades para as quais não estavam devidamente preparados e em decorrência disso assinavam parcerias com outros profissionais⁷.

Outra marmoraria presidida por imigrantes é a de Martini & Bottaro instalada no início do século XX por Giuseppe Bottaro (1892-1951). Em Belo Horizonte as oficinas contratavam e/ou compartilhavam parceria com artistas-artesãos atuantes na cidade. Analisando a vida cultural da capital no primeiro quartel do século XX é possível perceber a presença destes artistas e artesãos realizando, na localidade, obras diversas. Muitos deles se fixaram na capital por ocasião da construção da cidade e nela permaneceram. Assim, muitos daqueles que a ergueram tiveram intensa participação na construção e decoração do cemitério manifestando ali seu trabalho e talento. A atuação dos artesãos marmoristas é marcante, embora outros artistas com outro tipo de formação tenham deixado também registros artísticos. No primeiro terço do século XX a presença dos artífices marmoristas foi significativa na capital mineira.

O DOCUMENTÁRIO

Refazer este caminho e recuperar a história, a memória e as lembranças em relação a este ofício foi o fio condutor da construção narrativa do documentário. A proposta era partir

⁷ NATALI, Augusto. **Depoimento**. (texto manuscrito elaborado no início da década de 90 do século passado a pedido da sobrinha Cristina Natali, historiadora). Belo Horizonte, s/d. p. 5.

das memórias construídas no presente, através das recordações dos marmoristas descendentes das famílias tradicionais que exerceram o ofício e confrontá-las com os profissionais contemporâneos.

O documentário apresenta uma estrutura narrativa cíclica, através da qual é identificada a situação contemporânea dos construtores de túmulos do cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. Para se chegar a esta situação foi realizada uma retrospectiva histórica destacando-se o momento em que o ofício encontrava-se em expansão, destacando representantes do ofício. Finalmente retorna-se à atualidade, apontando-se as perspectivas para esta atividade.

O documentário inicia-se com a apresentação do contexto atual do tema abordado em Belo Horizonte. São exibidas imagens de locais que foram planejados no projeto de construção da cidade, mas que apresentam atualmente um movimento de pessoas talvez não imaginado naqueles tempos. Essas imagens são intercaladas pelos créditos iniciais. Essa sequência termina com a imagem atual da portada do cemitério, sobre a qual aparece o título do filme.

Apresenta-se então um artífice que constrói um túmulo, trabalhando a pedra no cemitério do Bonfim. Suas mãos firmes e a manipulação precisa das ferramentas são mostradas, ao mesmo tempo em que se evidenciam as condições do seu trabalho em campo, sempre sujeito às intempéries como sol forte ou a chuva. Na sequência, vê-se o artífice finalizando seu trabalho ao inserir a inscrição da data na lápide, onde vemos o ano em que a ação acontece: 2012. Em seguida, esse profissional é entrevistado rapidamente com o objetivo de nos apresentar a sua atividade em pleno século XXI. Sua fala é conduzida para que ao final dê abertura a uma apresentação das origens da sua profissão na cidade de Belo Horizonte.

Em seguida, ilustra-se por meio de documentos o contexto histórico e artístico do planejamento e construção da nova capital mineira concomitante com a construção do cemitério fora do espaço urbano da cidade delimitado pela av. do Contorno. Uma voz em *off* narra essa história enquanto vemos as imagens documentais.

Com a fundação do cemitério municipal, como inicialmente foi chamado o Bonfim, os serviços dos construtores de túmulos tornam-se uma necessidade no contexto social da cidade recém-nascida. Através deste ofício é construída uma verdadeira “cidade dos mortos”, carregada de significados. Por meio de imagens gravadas no próprio cemitério, são mostradas diversas características da construção tumular presente no Bonfim. Essas imagens são intercaladas com entrevistas realizadas com pesquisadores ou herdeiros desses artífices. Por fim, retoma-se a entrevista com o artífice já apresentado no início do documentário. Sua fala agora é conduzida a projetar o futuro desse importante trabalho no cemitério do Bonfim em Belo Horizonte. E é assim que se conclui a narrativa.

REFERÊNCIAS

Almanack Guia de Bello Horizonte. Org. Felipe Vêras. Bello Horizonte, Ano II, 1913.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Vol. II.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e descritiva História Média.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BORGES, Maria Elizia . Os artistas - artesãos e a Escultura Cemiterial em Ribeirão Preto. **R. Italianística.** Ano III, n.º 3 , p. 85 - 92 , 1995.

CAMARATE, Alfredo (pseud. Alfredo Riancho) Por Montes e Vales. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, Ano XXXVI.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A Vivência da Morte na Capitania das Minas.** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1986. Dissertação de Mestrado em Filosofia.

Commissão Constructora da Nova Capital Revista Geral dos Trabalhos sob a direção do Engenheiro - chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Cia , agosto de 1895. Vol. II .

HAROUEL, Jean – Louis. **História do Urbanismo**. Campinas, São Paulo: Papirus , 1990.

Produção Industrial do Município de Belo Horizonte 1942. Belo Horizonte, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista In.:**História da Vida Privada no Brasil : Império** . Coord. Geral da Coleção Fernando A . Novais ; org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Relatório Final de Pesquisa de Inventário do Acervo de Estruturas Arquitetônicas e Bens Integrados do Cemitério do Bonfim – Belo Horizonte. Belo Horizonte, IEPHA, 2010.